

A transição rejeitada: PMDB e PFL na eleição de 1989GUILHERME, Cássio Augusto¹

Resumo: O artigo analisa o desempenho do PMDB e do PFL na eleição presidencial de 1989. Os então dois maiores partidos do país foram de protagonistas do processo de transição pactuada sem ruptura via governo José Sarney, a meros coadjuvantes da primeira eleição da Nova República. Trabalhamos com a hipótese de que a péssima votação dos candidatos Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves podem ser interpretadas como uma rejeição popular ao processo de transição.

Palavras-chave: PMDB, PFL, transição, rejeitada, 1989.

The rejected transition: PMDB and PFL in the 1989 election

Abstract: The article analyzes the performance of the PMDB and the PFL in the 1989 presidential election. The two main parties in the country that were protagonists of the transition process agreed without interruption by the Sarney government, became coadjutant of the first election of the New Republic. We work on the hypothesis that the poor vote of the candidates Ulysses Guimarães and Aureliano Chaves can be interpreted as a popular rejection of the transition process.

Keywords: PMDB, PFL, transition, rejected, 1989.

INTRODUÇÃO

Segundo o conservador jornalista José Nêumanne, quando o Congresso Constituinte, presidido e liderado pelo PMDB marcou a eleição presidencial de 1989, não havia dúvidas de que o partido, que contava com 22 dos 23 governos estaduais e diretórios em todos os municípios do país, “jogasse um papel importante, de protagonista” (1989, p. 35). No entanto, o que se viu foi a rejeição popular não só ao candidato do PMDB, mas também ao candidato do PFL o segundo maior partido do país. Em nossa hipótese de trabalho, as urnas demonstraram uma rejeição popular não apenas aos candidatos mais velhos da eleição, mas principalmente à transição pactuada por cima e sem ruptura. De protagonistas da transição, os dois partidos foram rebaixados pela população a meros coadjuvantes na eleição de 1989.

Em outra pesquisa sobre o tema, apontamos que:

Logo no início da campanha, nos meses de agosto e setembro, era visível que as candidaturas vinculadas à Aliança Democrática (PMDB-PFL) que conduzia a transição via governo José Sarney estavam derrotadas. Aureliano Chaves mal passava do 1% das intenções de voto e Ulysses Guimarães aparecia sempre na casa dos 4%, não mais que isso (GUILHERME, 2016, p. 96).

¹ Professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: cassionl@yahoo.com.br

Este artigo detalha a baixa votação dos candidatos que tiveram de carregar o fardo de serem ligados ao governo José Sarney. Em 1989, 65% da população considerava o governo ruim ou péssimo, associado à corrupção, ineficiência e fraqueza política. Ao final da transição conduzida pelo PMDB e PFL, a inflação acumulada atingiu o então recorde de 1.972,1% no ano de 1989, somada ao crescimento da dívida externa e da desigualdade social, elevado déficit público, arrocho salarial e média anual de 1.102 greves entre 1984-1989 (GUILHERME, 2017b).

Além da bibliografia sobre o período, usamos o jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*) como fonte e objeto de análise neste trabalho². Além de conduzirmos nossa temática a partir do que foi publicado nas páginas do jornal ao longo do ano de 1989, também avaliamos como os editoriais do matutino interpretaram e participaram das contendas políticas. Conforme Fernando Azevedo (2017), o *Estadão* pode ser considerado o jornal mais antipetista da grande imprensa e, em 1989, apoiou declaradamente o candidato Fernando Collor. Como bem demonstra Francisco Fonseca (2005), o periódico também fez parte do “consenso forjado” pela grande imprensa a favor de uma “agenda ultraliberal” no país, tanto que pediu votos para o candidato Collor que pretensamente representaria uma “revolução liberal”³.

TRANSIÇÃO POR CIMA, SEM RUPTURA E SEM VOTOS

Segundo David Maciel, o período de abertura da transição democrática, se caracteriza pela “possibilidade de evolução da crise conjuntural para uma crise de hegemonia, determinando que o processo de reforma da institucionalidade autoritária fosse viabilizado pelo reforço, e não pela eliminação, do cesarismo militar” (2012, p. 53-54). Ou seja, manteve-se a repressão aos movimentos sociais para direcionar a disputa política apenas às formas já estabelecidas pela institucionalidade autoritária como as permitidas pela Lei da Anistia e da reforma partidária. Ao final do governo do ditador-militar João Figueiredo, o país tinha o maior índice de inflação da história, a maior dívida externa do mundo, dois anos de crescimento negativo e renda per capita em queda (GASPARI, 2016). “As

² Para este trabalho foi consultado o acervo online do jornal *O Estado de São Paulo*, disponível em seu site: <https://acervo.estadao.com.br/>

³ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 17/12/1989 – p. 3.

contradições entre as frações hegemônicas do bloco no poder e o governo militar voltavam a se intensificar, determinando a recomposição de sua capacidade de direção política” (MACIEL, 2012, p.56).

Também para Gelsom Rozentino de Almeida (2011), o processo de transição pode ser conceituado como parte de uma crise de hegemonia burguesa desde o final dos anos 1970, advinda de três fatores: ausência de projeto das classes dominantes; crescente participação dos trabalhadores; crise econômica mundial. Argumenta ele que embora a iniciativa coubesse ao regime militar, o processo escapou do controle e a burguesia se mostrou incapaz de impor seu projeto político quando se defrontou com as novas organizações sociais, em especial o sindicalismo combativo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

A derrubada da emenda que propunha eleições Diretas Já se mostrou conveniente para o desafio de restaurar as instituições democráticas sem que os verdadeiros opositores assumissem o controle do processo. Gelsom de Almeida (2011) aponta o sinal verde do ditador Figueiredo para que Tancredo Neves liderasse um partido/coalizão com “moderados” do PMDB e do PDS, sem “radicais”. Lideranças civis que haviam apoiado a Ditadura, como José Sarney, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães saíram do PDS para formar a Frente Liberal (posteriormente PFL) e aliar-se a Tancredo Neves do PMDB “moderado” e aceito pelos militares na formação da Aliança Democrática, a qual foi vitoriosa na eleição indireta via Colégio Eleitoral em janeiro de 1985.

Tancredo se comprometeu a limitar as mudanças à institucionalidade do Estado. As mudanças definitivas seriam adiadas para uma futura Constituinte. Do total de 33 cargos de primeiro escalão no futuro governo, 27 eram ocupados por políticos conservadores, muitos dos quais egressos dos quadros da Ditadura. Além disso, a aliança PMDB-PFL contava com ampla maioria no Congresso, o que deu ao “seu programa um tom de mudança de governo e não de ruptura do sistema político” (SCHWAECZ e STARLING, 2015, p. 486). No mesmo sentido, a Aliança Democrática “para ser ‘possível’ não poderia ser democrática” e resultou “na ‘Nova República’ marcada pelo continuísmo não apenas de ‘quadros do antigo regime’, mas de interesses e, sobretudo, de práticas” (ALMEIDA, 2011, p. 39-40).

Um dia antes da posse, Tancredo Neves foi internado no Hospital. Após pressão do general Leônidas Pires Gonçalves, futuro ministro do Exército, a solução

encontrada foi dar posse ao vice José Sarney. A redemocratização começou rasgando a Constituição, pois o presidente da Câmara deveria assumir e convocar eleições no prazo de 30 dias. No entanto, colocou na presidência da República um político de íntimas ligações com a Ditadura Militar. Enquanto durou a agonia pública de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães se reunia com ministros, operacionalizava o governo e comunicava as decisões a José Sarney. Ao mesmo tempo, crescia nos movimentos populares e grevistas uma nova campanha por Diretas Já e melhorias salariais (GUILHERME, 2017b).

O medo dos setores conservadores e o apoio dos ministros militares, foram essenciais para Sarney tomar as rédeas do governo e abrir mais espaço para o PFL (ex-ARENA). O próprio Sarney admitiu que: “Eu não tinha legitimidade (...) Eu estava, na verdade, condenado à fragilidade. Mas não estava condenado a aceitar a fragilidade (...) O primeiro passo consistia, obviamente, em buscar apoio nas Forças Armadas” (SARNEY, 2001: 27). José Sarney sempre foi íntimo da Ditadura e presidente nacional da ARENA e depois do PDS. Ao abandonar a Ditadura na última hora, Sarney revelou a face de um político com “impressionante facilidade para mudar de matriz e se adaptar a qualquer corrente ideológica, desde que fosse mantido exatamente onde queria estar: no poder” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 487).

Em agosto de 1985, uma reforma ministerial deslocou o eixo de poder do PMDB para o “partido do Sarney”, sob tutela militar, expressando clara tendência conservadora no governo. No mesmo ano, os resultados eleitorais em 201 municípios confirmaram “a vitória do PFL e dos setores conservadores e moderados do PMDB” (MACIEL, 2012, p. 132) como os grandes partidos do país. Em fevereiro de 1986, o governo Sarney anunciou o Plano Cruzado cujos resultados iniciais somados ao apoio da grande imprensa fez com que Sarney atingisse altos índices de popularidade. Políticos do PMDB deixaram as rugas de lado e procuravam o presidente para as fotos da futura campanha eleitoral daquele ano.

As eleições de 1986 renovariam todos os 23 governadores, 2/3 do Senado, a totalidade da Câmara. Os eleitos seriam os responsáveis por elaborar a nova Constituição Federal. Durante as eleições, os partidos conservadores focalizaram seus discursos e debates nas questões estaduais e em apoio ao governo Sarney que desfrutava de alta popularidade devido ao Plano Cruzado. O grande vencedor

da eleição foi mesmo o PMDB, que só não elegeu o governador de Sergipe (PFL)⁴. Fez 38 dos 49 senadores e 261 dos 487 deputados federais. O bloco PMDB-PFL somou 561 parlamentares na Constituinte (REIS FILHO, 2014). “O principal saldo político das eleições foi a ampliação da inserção do campo conservador” (MACIEL, 2012, p. 198). Uma semana após as eleições, o governo Sarney decretou o Plano Cruzado II, o que comprovou o estelionato eleitoral.

O agravamento da crise fez o governo buscar um novo “pacto social”, e, mais uma vez, “por cima”. Quando sua popularidade chegava aos piores índices até então, “Sarney iniciava mais uma reforma ministerial e mais uma ‘guinada à direita’ em seu governo” (MACIEL, 2012, p. 230). Os políticos do PMDB, eleitos graças ao estelionato eleitoral do Plano Cruzado, passaram a desvincular-se do governo. Na reforma ministerial, José Sarney privilegiou o PFL, seus antigos colegas da ARENA e principal braço político conservador no Congresso, em detrimento de seu partido, o PMDB, no qual o presidente buscou contato direto com os governadores eleitos, enfraquecendo a posição de Ulysses Guimarães no partido.

Durante o processo Constituinte, o grande bloco era formado pelos partidos governistas da Aliança Democrática (PMDB-PFL), embora houvesse no interior deles políticos com posições ideológicas diversas, principalmente no PMDB. O PFL e o presidente Sarney, lideraram a criação de um bloco suprapartidário com mais de 300 parlamentares, sugestivamente chamado de “Centrão”, cujo objetivo era impedir o avanço de pautas progressistas. Desavenças no interior da Aliança Democrática durante a Constituinte levaram ao racha do PMDB que resultou na criação do PSDB e à declaração unilateral, feita pelo PFL, que colocava fim à Aliança Democrática e autonomia perante do governo e a Constituinte.

Diante da crise de hegemonia, as dificuldades de afirmação do bloco no poder permitiram o fortalecimento dos setores de esquerda. O impacto negativo do Plano Bresser nos assalariados contribuiu para o movimento sindical firmar posições. Os partidos de esquerda (PDT, PT, PSB, PCB e PCdoB) reforçaram a postura de oposição ao governo e Leonel Brizola (PDT) e Lula da Silva (PT) despontaram como favoritos à eleição presidencial de 1989. Em meados de 1988 o governo Sarney intensificou a guinada neoliberal de desregulamentação da economia e cortes no orçamento. Pela televisão, o presidente acusou a nova

⁴ Na mesma esteira o PMDB elegeu em Alagoas o jovem Fernando Collor de Mello, ex-prefeito de Maceió e deputado federal pelo PDS, inclusive tendo votado em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral.

Constituição de tornar o país ingovernável, e circularam muitos boatos de nova intervenção militar. Tais ataques fizeram recrudescer a insatisfação popular contra o governo, que aproveitou a tutela militar para reprimir os movimentos sociais.

As eleições municipais de 1988 ocorreram em meio a esse turbilhão de disputas políticas e crise econômica. O colapso do Plano Cruzado não poderia mais favorecer o bloco no poder, o que fez o PMDB e a dupla PFL/PDS serem os grandes perdedores, embora conquistassem o maior número de prefeituras, muito por conta da histórica estrutura partidária mantida no interior do país. O PDT e o PT, de oposição ao governo Sarney, tiveram os maiores crescimentos, em especial nas grandes cidades, fortalecendo as candidaturas de Brizola e Lula à presidência.

O ano de 1989, de eleição presidencial, foi o de “maior número de greves em toda a história do país: nada menos do que quatro mil, aproximadamente” (MACIEL, 2012, p. 350). Em muitos casos, as lideranças sindicais e parlamentares de esquerda admitiam não ter controle sobre os grevistas. Ao mesmo tempo, as candidaturas Brizola e Lula, de esquerda, cresciam na preferência do eleitorado. O resultado foi o auge da atuação militar na disputa política. Nesse cenário de crise econômica, pelo fracasso dos vários planos econômicos, o governo Sarney passou o ano desacreditado e todos os candidatos à presidência tentaram descolar suas imagens do governo. Essa fragilidade política o tornava mais dependente da tutela militar.

A BUSCA PELO “CANDIDATO DE CENTRO”

A eleição de 1989 era o momento em que o país esperava fechar com sucesso o processo de abertura institucional, o enterro da Ditadura e o retorno à democracia eleitoral. Não era apenas mais uma eleição, mas a primeira eleição presidencial para a maioria dos brasileiros. Importante frisar que se trata de uma eleição solteira, ou seja, apenas para presidente da República, nenhum outro cargo⁵, o que tornou inoperante as grandes estruturas partidárias, principalmente, do PMDB e PFL no interior do país. A fragmentação política foi comprovada pelo lançamento de 22 candidatos à presidência. Pela primeira vez, a televisão e o horário eleitoral gratuito seriam decisivos na conquista do voto (GUILHERME, 2016).

⁵ Em outubro de 1990 seriam realizadas eleições para governador, congresso nacional e assembleias estaduais.

No primeiro dia do ano de 1989, o jornal *O Estado de S. Paulo* repercute o clima de medo dos políticos tradicionais no país ante a possibilidade de vitória da esquerda. Na matéria “Desunido, centro procura candidato”, o jornal escreve:

Os políticos que se consideram ou são considerados de ‘centro’ estão convencidos de que, se não houver alianças entre partidos afins, estarão abrindo caminho para Leonel Brizola, do PDT, e Luiz Inácio da Silva, do PT, disputarem o segundo turno das eleições presidenciais⁶

A matéria segue dizendo que as várias reuniões dirigidas pelo senador Marco Maciel (PFL) têm se mostrado infrutíferas, principalmente porque os partidos PDS, PFL, PL, PDC, PSD e PTB mostram disposição em lançar candidaturas próprias. É preciso registrar que os políticos de tais partidos tinham suas raízes na ARENA, de sustentação da Ditadura Militar, logo, o termo “centro” era um eufemismo para “direita”. As conversas tentavam incluir o PSDB e até o animador de auditório Silvio Santos, “atitude considerada ‘ridícula’ por muitos”⁷. A direita brasileira, que dera o golpe, que sustentara a ditadura e governara com Sarney, chegou à primeira eleição direta da Nova República sem um candidato de consenso e com mínimas chances de vencer.

Em outra matéria, na mesma página, o *Estadão* avalia a divisão interna no PMDB e no PFL, os dois maiores partidos do país que sustentaram o governo Sarney. No PFL havia três grupos: um comandado por Marco Maciel, outro por Aureliano Chaves e outro ainda por Antônio Carlos Magalhães. Vaticina, acertadamente, o jornal que “o certo é que o PFL não ficará unido depois de sua convenção e esses três grupos não terão os mesmos candidatos”⁸. No PMDB, sempre rachado, o grupo de Ulysses Guimarães disputa a indicação de candidatura com vários governadores. O jornal alerta que essa indefinição de nomes beneficia os partidos de oposição à Sarney, PDT e PT, que conquistaram as grandes capitais nas eleições municipais de 1988.

CONVENÇÕES RACHADAS INDICAM O FRACASSO DOS “ESCOLHIDOS”

No final de abril, o PMDB realizou a sua convenção nacional para escolha do candidato do partido na eleição de 1989. Havia quatro pré-candidatos: o favorito e presidente da legenda Ulysses Guimarães; o governador do Paraná Álvaro Dias; o

⁶ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 01/01/1989 – p. 4.

⁷ *Idem.*

⁸ *Idem.*

preferido de Sarney, ministro Iris Rezende e o governador baiano Waldir Pires, da ala progressista. O assunto mereceu manchete de capa no *Estadão*: “PMDB só leva dúvidas à convenção”⁹. Governadores do PMDB não queriam Ulysses como candidato, pois avaliavam que o desgaste do governo Sarney havia atingido a sua popularidade, mas não podiam simplesmente impor uma candidatura contra o “Dr. Ulysses”.

Orestes Quércia, jovem governador paulista em ascensão política e ótimos índices de popularidade, dizia não ser candidato a candidato, mas nos bastidores articulava por uma aclamação peemedebista ao seu nome. Tanto disse publicamente que não era candidato que muitos dos seus apoiadores até acreditaram. Ao fim, Quércia teria dito: “Vocês não entenderam nada. Eu fui candidato o tempo inteiro. Só dependia de um gesto de vocês, de uma atitude. Agora, infelizmente, não dá mais” (NÊUMANNE, 1989, p. 29). Segundo Dreifuss (1989), Quércia teria o apoio do grande empresariado paulista reunido na Fiesp e de Roberto Marinho, dono das Organizações Globo (GOMES, 2014).

As matérias do *Estadão* repercutem o “conflito e divisão”¹⁰ que tomou conta do maior partido do país. O PMDB é rotulado como “saco de gatos” que devido à “amplitude ideológica” que “sempre acompanhou a trajetória do PMDB”, partido que foi “o braço esquerdo da Revolução de 1964”, começa a dar sinais de colapso¹¹. Ulysses não abriu mão por considerar-se “candidato natural” e venceu as convenções, embora os governadores Pedro Simon (RS), Moreira Franco (RJ) e Tasso Jereissati (CE) ainda buscassem um nome de consenso ou até mesmo aliança com os dissidentes do PSDB. *OESP* fez relato detalhado sobre “a longa noite das punhaladas”¹² em que Ulysses foi humilhado e traído, Sarney ameaçou abandonar o partido e os governadores impunham o nome de Waldir Pires como candidato à vice.

Apesar da tentativa de Carmo Chagas, editor-executivo do *Estadão* em convencer os leitores do jornal de que Ulysses é forte candidato pois os caciques do partido não o abandonarão porque falta o candidato de centro-direita para isso¹³, fato é que, a cada dia após a convenção, o jornal publicava notícias sobre o

⁹ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 30/04/1989 – p. 1.

¹⁰ *Idem* – p. 4.

¹¹ *Idem*.

¹² *Jornal O Estado de S. Paulo* – 02/05/1989 – p. 4.

¹³ *Idem*, p. 2.

desembarque de peemedebistas e os problemas de campanha. Em maio, Tasso Jereissati disse não saber se apoiaria Ulysses e de fato, posteriormente, aderiu ao candidato do PSDB e também ao partido. O crescimento de Collor nas pesquisas também o fez crescer na preferência dos “dissidentes moderados do PMDB”¹⁴.

Além do paulatino desembarque dos caciques peemedebistas, a campanha de Ulysses se deparava com outros problemas, antes mesmo de começar oficialmente. *OESP* noticiou que o “PMDB procura marca para a campanha”, tem problemas políticos, falta de apoio financeiro e baixos índices de intenções de voto. A reclamação uníssona era que o candidato seria velho demais para o momento em que a população esperava pelo novo. Na busca por um slogan de campanha, Ulysses sugeriu que “nosso lema é não roubar”. Vários governadores e ministros sequer compareceram ao lançamento da candidatura¹⁵.

No PFL a situação era semelhante. Embora, oficialmente José Sarney não tivesse candidato, até porque tal apoio mais tiraria do que somaria votos, Aureliano Chaves (PFL) era o nome preferido pelo presidente e seu círculo governista a ponto do já *collorido*¹⁶ deputado Alceni Guerra chamá-lo de “vassalo do presidente Sarney”¹⁷. A primeira opção desse grupo foi o ex-presidente Jânio Quadros, mas sua fraca saúde não lhe permitiu disputar a eleição. Especulou-se ainda os nomes dos empresários Antônio Ermínio de Moraes e Silvio Santos. Nas prévias do partido, Marco Maciel era outro postulante à vaga.

Fato é que Aureliano venceu as prévias do partido, apesar dos protestos do senador José Agripino. Golpista em 1964, Aureliano fez carreira política na ARENA e em defesa da Ditadura Militar. Governador eleito indiretamente para Minas Gerais, foi vice-presidente no mandato do último militar-ditador-presidente João Figueiredo. No governo Sarney, Aureliano foi Ministro de Minas e Energia. Sua candidatura era a expressão do “campo conservador, capaz de acomodar os interesses do grande capital privado nacional, do capital estatal e do capital externo”, numa perspectiva “desenvolvimentista autoritária” e a “manutenção da tutela militar, o controle repressivo dos movimentos sociais” (MACIEL, 2012, p. 360). Segundo René Dreifuss (1989), era a candidatura mais desejável e confiável ao empresariado. Além

¹⁴ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 16/05/1989 – p. 5.

¹⁵ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 21/05/1989 – p. 14.

¹⁶ “Collorido”: termo usado à época para designar os que aderiam ao candidato Fernando Collor (PRN).

¹⁷ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 16/05/1989 – p. 6.

disso, o *Estadão* noticiou que Collor comemorou a escolha por saber que ela representava adesão quase que completa do PFL a sua candidatura¹⁸.

Em junho daquele ano, um editorial do *Estadão* comentou o naufrágio das candidaturas ligadas à Aliança Democrática. O jornal enfatiza que apenas 20% dos deputados do PMDB compareceram a encontro com o candidato Ulysses, enquanto o PFL procura se livrar de Aureliano. “A palavra mais adequada para definir a atual situação dos dois sócios da frente que erigiu a Nova República é melancólica”, pois “ela reflete o naufrágio da Nova República, apenas uma versão modificada da velha”, onde a corrupção, o nepotismo e o patrimonialismo foram mantidos¹⁹.

As notícias de abandono dos correligionários do PMDB e PFL aos seus candidatos oficiais são diárias no *OESP* ao longo dos meses de julho a outubro e se intensificam conforme se aproxima a eleição do primeiro turno. A articulista Eliane Cantanhede publicou parte do tenso bastidor pefelista. O deputado Inocêncio Oliveira reclama da romaria de políticos ao seu gabinete para criticar o candidato Aureliano por passar mais tempo em Minas Gerais do que fazendo campanha, embora este culpe os dissidentes do partido. O deputado Carlos Chiarelli já está publicamente na campanha de Collor, enquanto parte da cúpula do PFL articula com o PTB a substituição de seus candidatos por Jânio Quadros²⁰.

PRIMEIRO TURNO, CANDIDATOS ABANDONADOS E A MALFADA “OPERAÇÃO CHAVES”

A Rede Bandeirantes de televisão apresentou, em 17 de julho, o primeiro debate²¹ ao vivo entre candidatos à presidência da história da televisão brasileira. Dos principais candidatos, apenas Ulysses e Collor não compareceram. Ulysses preferiu ir a uma reunião com evangélicos da Igreja Assembleia de Deus, e Collor, líder nas pesquisas, preferiu fugir de todos os debates do primeiro turno. Era visível que as candidaturas vinculadas à Aliança Democrática, que conduziu a transição, estavam irrecuperáveis. Aureliano Chaves raramente passava do 1% das intenções de voto, enquanto Ulysses Guimarães aparecia na casa dos 4%. Embora Ulysses tenha tentado chamar a militância de seu partido para “combater a molecagem que

¹⁸ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 23/05/1989 – p. 5.

¹⁹ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 29/06/1989 – p. 3.

²⁰ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 15/07/1989 – p. 5.

²¹ A íntegra do debate pode ser assistida no YouTube: “Eleições 1989 Debate na Band (completo)”. No *link*: <https://goo.gl/E6l7Gw>.

tem por aí”, o então presidente do PMDB, Jarbas Vasconcelos, já vaticinava ao final de setembro que “não temos campanha, não temos coordenação, não temos agenda e o dinheiro acabou” (NÊUMANNE, 1989, p. 46).

O horário eleitoral²² no rádio e televisão, novidade da eleição de 1989, foi ao ar a partir de 16 de setembro. Os péssimos índices econômicos do governo Sarney (hiperinflação, desemprego e arrocho salarial) que resultaram no país o “maior número de greves de sua história, atingindo uma média anual de 1102 greves, entre 1985 e 1989” (MARTUSCELLI, 2015, p. 44), transformaram o presidente no político que “todos queriam se afastar, mesmo os candidatos conservadores” (MACIEL, 2012, p. 356). Na estreia do programa, Ulysses mostrou a riqueza da família Sarney no Maranhão, irritou o presidente e cansou o telespectador ao registrar o pior índice de audiência do horário eleitoral gratuito.

Outro debate foi feito pela Rede Bandeirantes em 16 de outubro e não contou com a presença de Ulysses e Aureliano, ato encarado simbolicamente como uma desistência melancólica de suas candidaturas. Segundo matéria do *Estadão*, as cúpulas de ambos partidos já adiantavam acordos de olho no segundo turno da eleição. Para o jornal, o objetivo era evitar o fim de suas carreiras políticas: o PMDB pregaria o voto útil e Quércia já estava de olho na presidência do partido; o PFL queria seguir a tradição de sempre ser governo e a adesão à Collor já era em massa no partido²³.

Apesar das evidências, Ulysses mantinha a retórica, negava estar sem apoio do partido e se dizia até feliz com a atuação dos correligionários. Na prática, foi vaiado em Taubaté/SP, reuniu pouco mais de duas mil pessoas no comício em Novo Hamburgo/RS. O PMDB do Rio de Janeiro, Jader Barbalho e Iris Rezende anunciavam o abandono do barco prestes a naufragar. Desesperado, Ulysses ainda usou o horário eleitoral para tentar convencer o eleitor que nada teve a ver com o governo de José Sarney e que foi a fatalidade que o levou ao cargo de presidente. Interessante que quando o plano Cruzado elegeu o PMDB em 1986, ninguém reclamou da fatalidade que fez Sarney assumir a presidência.

O instituto Gallup é quem fazia as pesquisas eleitorais para o jornal *O Estado de S. Paulo*. No final de outubro, Collor liderava com folgado 28% das

²² Os tempos dos candidatos foram distribuídos conforme a bancada de cada partido no Congresso Nacional: diariamente, Ulysses tinha vinte e dois minutos (min.) e Aureliano, 18 min.; Covas, 13 min.; Collor, Lula, Afif, Brizola, Maluf e Affonso, 10 min. cada.

²³ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 15/10/1989 – p. 11.

intenções e Brizola e Lula apareciam tecnicamente empatados. Ulysses tinha apenas 4%, enquanto Aureliano possuía míseros 0,7%. Para os dois candidatos, outro dado era ainda mais eloquente na rejeição que sofriam: dos entrevistados que disseram ter simpatia pelo PMDB, apenas 22% diziam que votariam em Ulysses, enquanto que dos simpáticos ao PFL, apenas 6% tinham intenção de votar em Aureliano. O preferido para os simpatizantes de ambos os partidos era, claro o candidato da direita, Fernando Collor²⁴.

Na edição de 21 de outubro, o *Estadão* publicou o “fato novo” tão procurado pelo presidente Sarney para influir na eleição, ter um candidato mais confiável à direita, evitar a vitória da esquerda e de seu neodesafeto Collor. A “operação Chaves”, conduzida pelos pefelistas Edison Lobão, Hugo Napoleão e Marcondes Gadelha (apelidados por desafetos e pela imprensa de “três porquinhos” ou de “três patetas”), buscou primeiro o empresário Antônio Ermínio de Moraes que declinou da proposta aceita por Silvio Santos para substituir Aureliano como candidato do partido. A princípio, o jornal noticiou o aceite de Aureliano, empolgado em “dar o troco” em Roberto Marinho, dono da Rede Globo e em ACM, ambos colloridos há meses²⁵.

Apesar de negar publicamente, fato é que Sarney sempre agiu nos bastidores. Após um final de semana cheio de telefonemas e de Silvio Santos ter usado seu programa dominical para explicar sua entrada na eleição, Aureliano negou que tivesse aceito renunciar e o racha no PFL virou baixaria. Nas páginas do *Estadão*, Hugo Napoleão declarou que Aureliano é apenas candidato formal do partido, os últimos aurelianistas abandonavam o candidato que usou seu horário eleitoral para negar a renúncia sob argumento de não conturbar a eleição²⁶. Cantanhêde escreveu que foi o collorido Ricardo Fiúza quem vazou a “operação” para ACM e este acionou Roberto Marinho para ligar ameaçando o presidente Sarney²⁷.

Dois editoriais do *OESP* comentaram a “Operação Chaves” e sugeriram que a operação só teria sido abortada por conta de seu vazamento; que Sarney teme uma devassa no seu governo e conclui que “no show de calouros da política” o único

²⁴ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 27/10/1989 – p. 04.

²⁵ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 21/10/1989 – p. 04.

²⁶ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 24/10/1989 – p. 04.

²⁷ *Idem*, p. 05.

profissional foi Aureliano que teve de não renunciar²⁸. Em outro texto, o jornal culpa o presidente da Sarney por vetar o artigo da lei eleitoral que impedia a substituição de candidatos durante o pleito²⁹.

Enquanto Silvio Santos, ajudado pelos “três porquinhos”, negociava sua entrada por outros partidos nanicos, continuavam as brigas nos dois partidos que conduziram a transição. Segundo Cantanhêde a parte do PFL conduzida pelo colorido Ricardo Fiúza já pensa em ser “o capitão do time de centro-direita” que apoiará o futuro governo Collor³⁰. Até mesmo o partido em Minas Gerais anuncia pedir a renúncia da candidatura de Aureliano, pois é fato que os filiados se dispersam entre as candidaturas de Collor e Paulo Maluf. Hugo Napoleão, então presidente da sigla, ameaçou usar o horário eleitoral para atacar Aureliano que desafiou a cúpula do partido para um debate público. A briga no partido até assustou os ministros do TSE que receberam duas fitas para o programa de tv a ser levado ao ar. No final, o Tribunal decidiu a favor de Aureliano.

Os comícios de Ulysses continuavam fracassando. Sem a companhia do governador Moreira Franco/PMDB, foi vaiado no Rio de Janeiro. Em São Paulo, o candidato ficou mais de uma hora na porta de fábricas tentando atrair atenção de metalúrgicos, mas sem sucesso. Segundo o *Estadão*, o grupo de “moderados” do PMDB já trabalhava pela candidatura de Collor em seus municípios³¹. Como última cartada, os ainda fiéis a Ulysses programaram um “Dia Nacional do PMDB” onde cada diretório municipal deveria organizar manifestações de apoio ao candidato, o que resultou em retumbante fracasso³².

Fato é que a bomba caiu no país a quinze dias da eleição no primeiro turno. Silvio Santos, o dono do SBT, após intensa articulação da cúpula do PFL, anunciava que substituiria o candidato Armando Corrêa (PMB). Tal anúncio recebeu críticas dos políticos – Collor, Brizola, Lula e Covas culpavam Sarney pela entrada de Silvio; empresários – em evento que reuniu boa parte do PIB brasileiro: Antônio Ermínio de Moraes (proprietário do Grupo Votorantim) admitiu ter sido procurado por Sarney, enquanto José Eduardo de Andrade Vieira (presidente do Banco Bamerindus) declarou voto em Collor; e da imprensa – em editorial, o *Estadão* classificou o fato

²⁸ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 24/10/1989 – p. 03.

²⁹ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 26/10/1989 – p. 03.

³⁰ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 25/10/1989 – p. 05.

³¹ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 27/10/1989 – p. 04.

³² *Jornal O Estado de S. Paulo* – 31/10/1989 – p. 08 e 01/11/1989 – p. 08.

como “piada contra a nação”, acusou os “três porquinhos” de quererem apenas salvar a própria pele³³. No mesmo dia, o jornal anunciava mais adesões do PFL à Collor.

Nos dias seguintes, a nova candidatura dominou o noticiário e as análises políticas. Em 2 de novembro, a pesquisa Gallup publicada no *OESP* mostrou Silvio Santos na liderança das intenções de voto e no mesmo dia ele aparecia no horário eleitoral. Aureliano Chaves reconheceu a perda ainda maior de apoios no partido que desde 1987 se dividia entre “governistas” e “independentes”, segundo análise do *Estadão*. Interessante é que Marcondes Gadelha se filiou ao PMB na expectativa de ser o vice na chapa com Silvio Santos. Mesmo com Silvio, a lista de pefelistas colloridos permanecia grande³⁴.

Calculistas e ávidos por manterem-se onde sempre estiveram – no poder desde 1964 – o *Estadão* noticiava que muitos pefelistas que apoiavam outros candidatos passaram a procurar a Executiva do partido e prometer apoio a Silvio Santos. Na avaliação dos editorialistas, tratava-se de um “golpe continuísta” do governo Sarney que, apesar de impopular, desgastado e corrupto, ainda tentava dar as cartas na sucessão presidencial, produto de oito meses de conchavos palacianos permitidos pela brecha na legislação eleitoral³⁵.

Segundo o historiador Rodrigo Gomes (2014), o Tribunal Superior Eleitoral recebeu o recorde de 159 ações que impugnaram a candidatura de Silvio Santos. Os argumentos iam desde o prazo de filiação ao PMB, que estaria irregular, até que Silvio era proprietário de concessionária de serviço público, o que impossibilitava sua candidatura. Em 9 de novembro, o TSE julgou por unanimidade que o PMB não tinha registro válido na Justiça Eleitoral e a candidatura de Silvio Santos não foi aceita. Em editoriais, o *Estadão* pressionava para que o TSE tomasse uma decisão não apenas jurídica, mas principalmente política: “a função dos tribunais superiores, aliás, é exatamente esta: julgar politicamente”³⁶.

Uma vez frustrada a “Operação Chaves”, Sarney voltou a negar sua participação no caso e uma suposta briga com o amigo collorido Roberto Marinho³⁷. O editorial do *OESP* foi no sentido de dar uma bronca nos senadores do PFL que

³³ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 01/11/1989 – p. 3.

³⁴ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 02/11/1989 – p. 4.

³⁵ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 05/11/1989 – p. 3 e 4.

³⁶ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 09/11/1989 – p. 3.

³⁷ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 08/11/1989 – p. 5.

articularam a Operação, contar casos do passado deles e fazer duas previsões: uma acertada, quem conhece o PFL sabe que nada lhes acontecerá no partido; uma totalmente equivocada, que eles teriam dificuldade para se reeleger³⁸.

Enquanto isso no PMDB, os primeiros dias de novembro continuavam na mesma toada de desânimo e traição. Os governadores, insatisfeitos desde a escolha do candidato, liderados pelo paranaense Álvaro Dias articularam uma aproximação com o tucano Mário Covas em busca de um “voto útil” capaz de levá-lo ao segundo turno no lugar dos esquerdistas Brizola e Lula. Ulysses até teria se mostrado receptivo à manobra, mas uma carta de sua esposa Mora às esposas dos governadores colocou tudo a perder, e o candidato chegou a discutir asperamente com Álvaro Dias. Apesar dos desmentidos oficiais, fato é que o nos interiores de São Paulo e Paraná os diretórios municipais do PMDB que não colloriram, faziam campanha por Mário Covas.

Os últimos comícios dos candidatos do PMDB e do PFL demonstraram tanto a rejeição da população aos partidos que conduziram a transição sem ruptura, como o coroamento de uma campanha em que as cúpulas partidárias formadas por velhos caciques acostumados com a antiga política por cima, de conchavos em bastidores e eleições indiretas, não souberam compreender o momento de mudança e renovação esperados pela população brasileira e por isso, passaram meses atônitos e perdidos. Em Três Pontas/MG, cidade de Aureliano Chaves, apenas vinte pessoas o aguardavam na praça para o comício final. Na praça da Sé em São Paulo, os 150 ônibus que o PMDB organizou com militantes do interior chegaram meio vazios, um desanimado e rouco Ulysses discursou por apenas cinco minutos e criticou os “traidores, indecisos e trãnsfugas” do partido³⁹. O então editor-chefe do *Estadão*, Augusto Nunes, ironizou que o PFL é despreparado até para organizar um show de calouros, enquanto que o PMDB se mostrava cada dia mais fisiológico como o PDS (ex-ARENA)⁴⁰.

SEGUNDO TURNO: PFL COM COLLOR E PMDB CONTRA LULA

Ao fim da apuração dos votos do primeiro turno, ficou visível a preferência do eleitorado pela oposição ao governo Sarney. Somados, os votos de Ulysses

³⁸ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 12/11/1989 – p. 3.

³⁹ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 11/11/1989 – p. 11 e 14/11/1989 – p.14.

⁴⁰ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 14/11/1989 – p. 2.

(PMDB) e Aureliano (PFL) representaram apenas 5,26%. Em editorial, o *Estadão* avaliou bem a rejeição da população ao “quadro frágil e artificial com que os políticos profissionais” tentavam esconder a “crise de representação” da Nova República. Para o jornal, os dois partidos que representavam a transição via Aliança Democrática se mostraram “máquinas inchadas, enferrujadas e paralisadas” ante o recado de mudança dado nas urnas⁴¹.

No segundo turno, o que era mal disfarçado no PFL se tornou escancarado. O apoio a Collor foi unanimidade no partido. Nas páginas do *Estadão*, a cada dia, novos caciques do partido vinham a público declarar apoio ao candidato da direita: Hugo Napoleão, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Marcondes Gadelha, José Agripino, ACM, Paulo Pimentel, Carlos Chiarelli, Nelson Marchezan, Ricardo Fiúza, Luiz Eduardo Magalhães e Alcení Guerra que, apesar de presidente do partido no Paraná, era coordenador nacional da campanha de Collor, além de vários outros deputados federais que oficialmente apoiaram Aureliano no primeiro turno. “Na disputa para o 2º turno, o adesismo em torno da candidatura Collor ganhou uma dimensão avassaladora, com as mais variadas forças políticas e sociais do bloco no poder aderindo massivamente para evitar a vitória de Lula” (MACIEL, 2012, p. 372).

No PMDB, cheio de várias correntes ideológicas, o racha foi inevitável. Um senso comum que muitas vezes é levantado em conversas sobre a eleição de 1989, sustenta que Lula só não venceu no segundo turno porque recusou o apoio de Ulysses Guimarães. Essa é uma meia verdade que precisa ser melhor problematizada. Após a humilhante derrota no primeiro turno, a cúpula do PMDB, os governadores dissidentes, em especial Orestes Quécia e Ulysses Guimarães, passaram dias se reunindo para definir a posição do partido. Em síntese, a ala à esquerda do PMDB queria que o partido declarasse apoio a Lula; Ulysses Guimarães tentava reaver sua liderança partidária; políticos conservadores e à direita no partido preferiam o apoio a Collor.

Logo nos primeiros dias do segundo turno, as notícias publicadas pelo *Estadão* davam conta de que a tendência da maioria dos governadores era o apoio a Collor com exceção dos progressistas Waldir Pires e Miguel Arraes que preferiam uma “união das esquerdas” a favor de Lula. Embora Ulysses desejasse por uma decisão em bloco, todos sabiam que as bases do partido, que não se uniram nem

⁴¹ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 19/11/1989 – p. 3.

pelo próprio candidato, quiçá no segundo turno o fariam por algum outro candidato. A tendência mesmo era liberar os filiados para apoiar quem quisessem de acordo com as disputas regionais⁴².

Na Frente Brasil Popular (PT, PSB e PCdoB), a avaliação, acertada em nosso ponto de vista, era de que o eleitor brasileiro rejeitou o PMDB nas urnas e a presença de Ulysses no palanque mais tiraria do que agregaria votos a Lula. Assim, ao longo do segundo turno, o PT desdenhou do apoio do PMDB em nome da pureza ideológica que o partido então nutria. Por ter feito forte oposição ao governo Sarney, o PT avaliou que a chegada de Lula ao segundo turno se deu muito com o apoio da população à atitude combativa do PT e da CUT nos últimos anos contra o governo José Sarney, do PMDB. Além disso, tais partidos de esquerda denunciavam a transição compactuada por cima entre PMDB, ex-Arenistas e militares, vistos então como igualmente adversários da classe trabalhadora.

Os governadores Orestes Quércia, Newton Cardoso, Álvaro Dias e Nilo Coelho lideraram o veto dos governadores a um apoio da Executiva do PMDB ao candidato Lula. Nilo já colloria há meses, Quércia estava de olho na presidência do partido e se colocava como pré-candidato para 1994, Newton dizia ser anti-Lula por questões ideológicas e Álvaro Dias estava cada vez mais próximo do PSDB. Ao final, para evitar um racha ainda maior, a Executiva do PMDB decidiu optar pela neutralidade e apenas sugeriu o voto a Lula, o que, na prática, significou a liberação dos filiados a atuarem como quisessem. Ulysses sequer foi à reunião, passou a se dizer em campanha pelo parlamentarismo e caiu em certo ostracismo.

Nos dias seguintes, vários caciques do PMDB deram declarações ao encontro do antipetismo alarmista que, há meses, fazia o empresariado, os militares, as igrejas evangélicas e a grande imprensa: o PT seria radical, comunista, totalitário e grande perigo para o país. Ibsen Pinheiro disse que o Brasil “não está preparado para um governo esquerdista” e Orestes Quércia acusou o PT de ser uma seita⁴³. O PMDB da Bahia, do Pará, do Rio Grande do Sul, os políticos Bernardo Cabral, Cássio Cunha Lima, Gerson Camata, Iris Rezende e Jarbas Vasconcelos declararam apoio à Collor.

É interessante pontuar a ironia usada pelos editorialistas do *Estadão* para comentar o correr de pefelistas e peemedebistas para as campanhas do segundo

⁴² *Jornal O Estado de S. Paulo* – 17/11/1989 – p. 9 e 18/11/1989 – p.14.

⁴³ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 15/11/1989 – p. 10 e 26/11/1989 – p.4.

turno: mesmo tendo sido rejeitados nas urnas, tais elites políticas se mantêm surdas e pensam poder requisitar uma posição de sócios privilegiados no futuro governo⁴⁴. Apesar dos apoios declarados, na prática, Collor se recusou a posar ao lado de empresários e caciques políticos. O “caçador de marajás” precisava manter as aparências da retórica publicitária que o vendeu como o candidato contra a política tradicional. Como demonstrado aqui, é um erro dizer que Collor fez uma campanha personalista e sem apoio de partidos e velhas lideranças políticas de peso. Na prática, o candidato do PRN contou com o indispensável apoio da máquina partidária do PFL e de parte do PTB, PMDB e PDS nos grotões do país, que movimentou prefeitos, vereadores e farta distribuição de brindes pelos remunerados cabos eleitorais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O começo de 1989 mostrava a preferência eleitoral para os candidatos Brizola e Lula. Ante a inicial incapacidade das classes dominantes em manter a dominação pela via eleitoral, pois seus candidatos preferenciais do PMDB e do PFL eram rejeitados pelo eleitor, a coalizão política e econômica conservadora foi refeita em torno de Fernando Collor. Como no contexto de crise em 1984-85, na eleição de 1989 houve uma recomposição por cima dos velhos caciques políticos que colloriram para evitar que os verdadeiros opositores chegassem ao poder.

Na noite do dia 17 de dezembro, Fernando Collor obteve 53,04% dos votos válidos e Lula da Silva 46,96%⁴⁵. “O empresariado e a grande imprensa exultaram com a vitória de Collor, demonstrando todo o seu alívio com a derrota da perspectiva democrático-popular, que associavam ao caos, à regressão econômica e ao ‘totalitarismo comunista’ (MACIEL, 2012, p. 375). O sempre falante presidente Sarney não perdeu a oportunidade de mais uma vez se vangloriar da transição “por ele conduzida” e até chegou a afirmar que não seria mais candidato a nenhuma cargo eletivo⁴⁶.

Finda a eleição, as especulações sobre o futuro governo Collor já avançavam. Bernardo Cabral do PMDB era apontado como ministeriável; o

⁴⁴ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 23/11/1989 – p. 3.

⁴⁵ Em números absolutos, Fernando Collor obteve 35.089.998 milhões de votos; Lula da Silva, 31.076.364 milhões de votos; nulos, 3.107.893 milhões; Brancos, 986.446 mil e Abstenções, 11.814.017 – *Jornal O Estado de S. Paulo* – 22/12/1989 – p. 7.

⁴⁶ *Jornal O Estado de S. Paulo* – 17/12/1989 – p. 13.

governador Nilo Coelho e Newton Cardoso defendiam a atuação do partido na base de apoio de Collor, enquanto Quércia, já de olho em 1994, desconversava. Apenas Ulysses prometia fazer oposição na Câmara, enquanto Waldir Pires, Miguel Arraes e Tasso Jereissati buscavam outras siglas para se filiarem. No PFL, a articulação era para que Marco Maciel assumisse a liderança do governo no Senado.

Segundo Carlos Fico, “a ‘Nova República’, anunciada por Tancredo e efetivada por Sarney, foi uma falsificação da ruptura que não houve” (2015, p. 115). Em nossa avaliação, o pífio resultado obtido pelos partidos governistas na eleição de 1989 demonstra o descontentamento da população com a transição conduzida por PMDB e PFL sob governo de José Sarney. Os velhos caciques políticos acostumados à política pré-1964 em que poucos brasileiros votavam ou ao pós-1964 em que as eleições indiretas apenas ratificavam a escolha das cúpulas, não souberam entender o contexto do Brasil como “democracia de massa” e apresentaram velhos candidatos com velhas ideias e modos de fazer política e campanha. Atordoados pela rejeição nas pesquisas de intenções de votos, alguns buscaram manobras para trocas de candidatos, outros correram se abrigar em candidaturas favoritas, poucos mantiveram a postura – Aureliano e Ulysses estão entre esses poucos – mas todos tinham o mesmo objetivo: manterem-se no poder após as eleições.

Após anos de oposição consentida à Ditadura, em que poucos deputados foram combativos e a maioria, como Tancredo e Ulysses, preferiam a moderação, o PMDB chegou a 1989 desgastado pela armadilha do tempo e do ruim governo Sarney, mas principalmente pelo desgaste do estelionato eleitoral do plano Cruzado e das concessões feitas para assumir o poder em 1985 na transição pactuada com os ditadores civis e militares. Ulysses e o PMDB atrelaram seus destinos ao “filhote da ditadura” José Sarney, e o desconfiado eleitor dos grandes centros, que já havia dado o recado nas eleições municipais de 1988, confirmou a sentença em 1989: nas urnas, os candidatos que representavam a transição foram rejeitados.

Embora Fernando Collor tivesse histórico de tradicional político nascido nas hostes ditatoriais, soube conduzir o marketing político como nenhum outro candidato naquela eleição, conseguiu se apresentar como novidade e enganar o eleitor (VASCONCELOS, 1989). Apesar da rejeição em 1989, graças à grande inserção no interior do país, PMDB e PFL continuaram sendo os maiores partidos do Brasil ao longo dos anos 1990. O PFL foi o principal apoiador do governo Fernando Collor e

depois teve em Marco Maciel a vice-presidência no governo do ex-peemedebista Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Já o PMDB, fez oposição moderada ao governo Collor e, a partir de Itamar Franco, entregou votos na Câmara e no Senado a todos os presidentes em troca de cargos, verbas e ministérios (FERREIRA, 2002), até liderar o golpe parlamentar de 2016 (GUILHERME, 2017a).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil (1979-1989)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: Edufscar, 2017.

DREIFUSS, René. *O jogo da direita na Nova República*. Vozes: Petrópolis, 1989.

FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.

FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GOMES, Rodrigo de Aguiar. *1989: a maior eleição da história*. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

GUILHERME, Cássio Augusto. *A eleição de 1989: direita x esquerda*. Revista Urutagua (UEM), n. 34, 2016.

GUILHERME, Cássio Augusto. Notas sobre o PMDB na Nova República: a atuação dos peemedebistas entre os governos Sarney e Dilma (1985-2016). *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, UEM, n.197, p.88-101, out/2017a.

GUILHERME, Cássio Augusto. *O governo José Sarney (1985-1990): transição sem ruptura*. Revista Confronteiras (UNIFESSPA), n.01, 2017b.

MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda, 2012.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2015.

NÊUMANNE, José. *Atrás do palanque: bastidores da eleição de 1989*. São Paulo: Siciliano, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SARNEY, José. Desafios do poder. In: BASTOS, Oliveira (org.) *Sarney: o outro lado da História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SCHWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VASCONCELLOS, Gilberto. *Collor, a cocaína dos pobres: a nova cara da Direita*. São Paulo: Ícone, 1989.

Recebido em: 28/03/2018

Aprovado em: 06/11/2018